



CONTRATO

Contrato nº.218-UOCP/DSP/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: PAQ.257/2019 – EDOC/CMV/2019/11285- Elaboração de Projetos de “ correção de curvas na EN 323 entre Nogueira de Côta e Cepões”

PARTES

PRIMEIRO OUTORGANTE:

Identificação: **Município de Viseu**

Cartão de Pessoa Coletiva nº: 506 697 320

Endereço / sede: Praça da República, 3514 – 501 Viseu

Endereço Eletrónico: geral@cmviseu.pt

Representado por Exmº Sr, Vereador – **João Paulo Lopes Gouveia**

Habilitação: com competência delegada nos termos do nº 2 do artigo 36º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e despacho **014/P** datado de 26/10/2017, emitido no uso da sua competência

SEGUNDO OUTORGANTE:

Identificação: **HS Projet Unipessoal, Lda**.

Cartão de Pessoa Coletiva nº . 510 609 384

Endereço / sede: Rua do Moledo , nº. 1 Sampaio – Vil de Soito

Endereço Eletrónico: hsproject@live.com

Representado por: Helder Filipe Ramos da Silva

Habilitação: Representante Legal

Número de Identificação Civil: [REDACTED]

CLAUSULAS

Primeira: Objeto

O presente contrato tem por objeto principal o “**Elaboração de Projetos de “ correção de curvas na EN 323 entre Nogueira de Côta”**”, conforme nossas condições de procedimento, caderno encargos e Vossa proposta, juntos ao processo.



Segunda: Preço contratual

1. Pela Prestação de Serviços, objeto do contrato o primeiro outorgante obriga-se a pagar à segunda outorgante a quantia de **14.950,00 €** (catorze mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor.
2. O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado conforme o estipulado no artº 299º do CCP, aprovado pelo Dec. Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro.
3. O Segundo Outorgante obriga-se a emitir a fatura, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos
 - a. N.º da encomenda, requisição externa ou contrato;
 - b. A descrição dos bens fornecidos, incluindo a quantidade, ou dos serviços prestados;
 - c. Unidade orgânica requisitante;
 - d. Endereço da unidade orgânica / entidade contratante.
4. A fatura a que se refere o número anterior deve ser remetida para a morada do primeiro outorgante.

Terceira: Prazo de execução

1. O prazo de execução é de 60 dias, a partir da data da assinatura do contrato.
2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato

Quarta: Ajustamentos aceites pelo adjudicatário

Não foram propostos ao adjudicatário quaisquer ajustamentos.

Quinta: Prestação de caução e regime de liberação

1. Não Aplicável



Sexta: Previsão orçamental e repartição de encargos

A despesa do presente contrato será satisfeita pela dotação orçamental com a classificação económica 02 07030301

Ao presente contrato corresponde, nos termos do disposto no nº 3 do art. 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, o compromisso válido e sequencial nº 50462 de 23 /10/2019 e conferido em 28/10/2019 .

No presente contrato não há repartição plurianual de encargos.

Sétima: Resolução de litígios – foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato referentes quer à sua interpretação, ou execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Oitava: Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma.
2. Qualquer outra alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Nona: Gestor do contrato

1. Nos termos da despacho de 7/10/2019, foi designado gestor do contrato o Sr.(a) **Engº. Luis Figueiredo**, com as funções de acompanhamento da execução do presente contrato, bem como a avaliação do desempenho do cocontratante execução financeira, técnica e material do contrato.

O Gestor do contrato deve elaborar relatório(s) fundamentado(s) nos termos do nº.3 do artº 290º A do CCP.

Décima: Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.



Décima primeira: Documentos integrantes do contrato

Nos termos do nº 2 do artigo 96º do CCP, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, nos termos do nº. 6 do artigo 96º. do CCP..

Décima segunda: Atos habilitantes

1. O ato de adjudicação foi aprovado por despacho de 28 de outubro de 2019 do Exmº Sr. Vereador, João Paulo Lopes Gouveia, no Procedimento por Consulta Prévia, alínea c) do nº. 1 do artº. 20) do CCP com a redação do Dec.-Lei 111/2017-B de 31 de Agosto que regula o presente concurso, identificado com a referência **PAQ.257//2019 – EDOC/2019/11285**.

2. A minuta do contrato foi aprovada em 28 /10/2019, pelo mesmo órgão referido no número anterior.

Décima terceira: Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento pelo cocontratante, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode optar, pela resolução do contrato nos termos do artigo 333º do CCP, ou pela cessão da posição contratual do cocontratante, gratuitamente, pela forma regulada no artigo 318º-A do CCP.

2. A cessão da posição contratual prevista no número anterior, carece de aceitação pelo concorrente do procedimento adjudicatório. “

Décima quarta: Concorrência

1.Em caso de indícios de conluio, o Município de Viseu, contactará a Autoridade da Concorrência, adc@concorrenca.pt.”



MUNICÍPIO DE
VISEU

Décima terceira: Omissões

Em tudo quanto for omissão no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo Dec.-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Dec.-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto), e restante legislação aplicável.

Viseu, 07 de novembro de 2019

PRIMEIRO OUTORGANTE

SEGUNDO OUTORGANTE

Redigido por :
Lurdes Anciães, Assistente Técnico
UOCP